

**UM OLHAR SOBRE A IDENTIDADE ESCOLAR DA E.E.E.M. PROFA.
FLORENTINA DAMASCENO A PARTIR DO SEU PROJETO POLÍTICO-
PEDAGÓGICO, SANTA LUZIA DO PARÁ – PA**

Francisco Cláudio Araújo de Castro da Paz
UFPA, Bragança-PA, Brasil, claudiopaz@ufpa.br

RESUMO:

Esta pesquisa objetiva analisar a identidade da Escola Estadual de Ensino Médio (EEEM) Profa. Florentina Damasceno a partir dos discursos circunscritos em seu Projeto Político-Pedagógico (PPP). Pretende-se, também, inferir acerca dos alcances e limites desses componentes discursivos e refletir sobre a importância do PPP como documento identitário das escolas. A pesquisa parte da seguinte problemática: de que forma a identidade da EEEM Profa. Florentina Damasceno está circunscrita em seu PPP? O trabalho fundamentou-se nos princípios da abordagem qualitativa, tendo como método operacional a pesquisa de levantamento bibliográfico no campo dos estudos culturais e da gestão escolar, além da pesquisa documental, de natureza exploratória. Para a avaliação dos resultados, adotou-se a análise de conteúdo. Constatou-se que os discursos presentes no PPP da referida instituição evidenciam, principalmente a partir de seus objetivos e por meio de um dos itinerários formativos expressos, alguns elementos identitários da escola, sobretudo da identidade luziense. À luz das contribuições teóricas trabalhadas, conclui-se que o PPP pode constituir-se como um documento de identidade da escola, que demarca sua atuação a partir de dimensões políticas, éticas, estéticas e identitárias.

Palavras-chave: Identidade. Projeto Político-Pedagógico. Escola Profa. Florentina Damasceno. Educação Básica. Gestão escolar.

INTRODUÇÃO

O debate em torno da produção social das identidades figura no cerne das teorias educacionais críticas, a partir dos estudos culturais, como uma questão que problematiza e, ao mesmo tempo, questiona a legitimidade e a existência de dispositivos pedagógicos capazes de alcançar as diferentes dimensões subjetivas e a consequente produção de sujeitos no interior das escolas, seja por meio de mecanismos institucionais, seja por intermédio das relações interpessoais estabelecidas entre indivíduos e grupos (Grossberg, 2010; Silva, 2011).

Ao se pautar como ato de criação linguística, a produção social das identidades — como processo fundamentalmente indeterminado, incerto e instável —, ao ser considerada produção simbólica e discursiva, traduz o desejo de diferentes grupos de garantir acesso às variadas formas de classificações identitárias (Silva, 2000), constituindo-se como uma das principais questões da teorização cultural contemporânea e pedagógica.

Nessa perspectiva, o Projeto Político-Pedagógico, enquanto documento da identidade educativa da escola (Veiga, 2013), que orienta e regula as ações pedagógicas, apresenta-se como um mecanismo capaz de desvelar axiomas, contradições, conflitos e tensões identitárias.

presentes na organização escolar, manifestando-se em dimensões éticas, estéticas, pedagógicas, institucionais, políticas, curriculares e administrativas.

Partindo da compreensão de que o PPP não pode ser considerado um documento acabado — sob pena de cristalizar a dinâmica própria da realidade escolar —, infere-se que cabe a ele deliberar sobre os processos de construção, execução e avaliação das ações escolares, contando com a participação de diferentes sujeitos da comunidade educativa.

A metodologia deste estudo ancora-se nos princípios da abordagem qualitativa, valendo-se da revisão bibliográfica e da pesquisa documental como suporte para a análise dos dados. A pesquisa associa-se aos estudos culturais, especialmente no campo das identidades (Moreira; Candau, 2003; Woodward, 2002; Silva, 2000; Hall, 2006; Bauman, 2005), da gestão escolar (Luck, 2009; Libâneo; Oliveira; Toschi, 2012) e do PPP (Veiga, 1995, 2007, 2013; Marques, 1990; Gandin, 2011; Vasconcellos, 1995). Quanto à sua natureza, a pesquisa caracteriza-se como exploratória. Para a interpretação dos resultados alcançados, adotou-se técnica de análise de conteúdo, empregando-se o modelo temático e de enunciação como categoria analítica a partir das contribuições de Minayo (2001) e Bardin (2016).

De acordo com Bardin (2016), a análise de conteúdo se desenvolve em três fases: pré-análise; exploração do material e tratamento dos dados, inferência e interpretação. Aponta Minayo (2001) que a análise de conteúdo se subdivide em cinco modalidades: lexical, de expressão, de relações, temática e de enunciação. Para a compreensão e interpretação dos discursos do PPP da escola utilizou-se os preceitos apontados pela análise do léxico, em que os discursos são tratados sobre a ótica da transcrição total ou parcial, visando identificar, caracterizar e enumerar os elementos fundamentais da comunicação que respondem à problemática da pesquisa.

Tendo em vista que a discussão em torno do PPP das escolas de Ensino Médio emerge quando se acredita na possibilidade de questionar, refletir e solucionar problemas detectados no decorrer do processo educativo (Vasconcellos, 2002; Marques, 1990), a proposição de investigar a identidade da Escola Profa. Florentina Damasceno a partir de seu PPP justifica-se pela possibilidade de verificar as diferentes tessituras que a constituem.

Partindo dessas reflexões, a presente pesquisa baseia-se nas seguintes indagações: que discursos descritos no PPP da EEEM Profa. Florentina Damasceno sinalizam a identidade da instituição? O PPP da escola aborda a questão identitária? De que maneira o PPP pode constituir-se como um documento que demarca a identidade das escolas? A partir dessas questões, o artigo parte da seguinte problemática: de que forma a identidade da EEEM Profa. Florentina Damasceno está circunscrita em seu Projeto Político-Pedagógico.

1 PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: caminhos para a gestão democrática

Um dos princípios que orientam a educação do país, previsto na Constituição Federal de 1988, em seu art. 206, inciso VI, é o da gestão democrática, ao definir que a forma de gerir as instituições escolares deve garantir a participação coletiva e transparente da comunidade escolar e que as deliberações em torno das decisões da escola devem se pautar em valores democráticos (Brasil, 1988).

À vista disso, emergem discussões sobre as estratégias pedagógicas desenvolvidas pelas escolas, tendo na gestão escolar a compreensão da organização da escola a partir do estabelecimento de diferentes estratégias pedagógicas, administrativas, financeiras e de recursos humanos voltadas à promoção de processos de ensino-aprendizagem que correspondam às demandas, aos anseios e às expectativas da região e da cultura onde a comunidade escolar está inserida. Sobre a gestão escolar, Luck (2009, p. 23) salienta:

A gestão escolar constitui uma das áreas de atuação profissional na educação destinada a realizar o planejamento, a organização, a liderança, a orientação, a mediação, a coordenação, o monitoramento e a avaliação dos processos necessários à efetividade das ações educacionais orientadas para a promoção da aprendizagem e formação dos alunos.

A partir desses elementos, infere-se que a gestão escolar consubstancia-se na observância dos objetivos educacionais definidos pelas escolas, partindo da representatividade das necessidades da comunidade e considerando as especificidades do projeto pedagógico (Libâneo; Oliveira; Toschi, 2012).

No que se refere ao Projeto Político-Pedagógico, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei n. 9.394/1996), em seu art. 12, inciso I, estabelece que “os estabelecimentos de ensino [...] terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica” (Brasil, 1996). Tal dispositivo assegura a autonomia das escolas e reforça que uma de suas principais tarefas é refletir sobre sua intencionalidade educativa.

No art. 14, incisos I e II da referida lei, está assegurada a autonomia dos sistemas de ensino na definição das normas de gestão democrática, conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; e II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (Brasil, 1996).

O primeiro princípio refere-se à participação ativa dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico, fortalecendo a gestão democrática por meio da coparticipação. O segundo reconhece a necessidade de incluir a comunidade escolar no

processo decisório da escola, estimulando a participação da família, dos estudantes e dos demais responsáveis.

Nesse sentido, a ampla participação da comunidade escolar, ao viabilizar a transparência das decisões, “fortalece as pressões para que sejam legítimas, garante o controle sobre os acordos estabelecidos e contribui para que sejam contempladas questões que de outra forma não seriam consideradas” (Marques, 1990, p. 21).

Gadotti (2000) também ressalta a importância da participação coletiva na elaboração do projeto pedagógico, uma vez que não é possível construir um projeto sem direção política. Segundo o autor, trata-se de um processo contínuo, sempre em construção. O projeto pedagógico, entendido como um documento que orienta e estrutura a proposta educacional da instituição, organiza princípios, metas, ações e objetivos (Gandin, 2011), além de apontar uma direção construída coletivamente.

Veiga (2007, p. 13) destaca que:

O projeto pedagógico, ao se constituir em processo participativo de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando pessoal e racionalizado da burocracia e permitindo relações horizontais no interior da escola.

A proposta pedagógica ganha a denominação de Projeto Político-Pedagógico ao incorporar a dimensão política, entendida como indissociável da prática educativa (Saviani, 1983). Assim, o PPP redimensiona a escola para uma perspectiva democrática (Veiga, 2013).

Vasconcellos (1995, p. 143) define o PPP como um “instrumento teórico-metodológico” que auxilia a enfrentar os desafios do cotidiano escolar de forma consciente, sistematizada e participativa. Trata-se de um documento dinâmico, aberto a mudanças. Mais do que um conjunto de planos, o PPP é um processo vivido continuamente na escola (Veiga, 1995), exigindo reflexão sobre a concepção de educação e sua intencionalidade. Dessa forma, sua elaboração está diretamente ligada à autonomia da escola e à construção de sua identidade, tema aprofundado na seção seguinte.

2 PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO COMO UM DOCUMENTO DE IDENTIDADE

De acordo com Moreira e Candau (2003) a escola e a cultura não podem ser concebidas como dois polos independentes, mas como universos entrelaçados, cuja relação intrínseca é tecida no cotidiano da escola com fios e nós profundamente articulados. Silva (2000), ao tratar

da pauta da identidade no cerne do ambiente escolar, argumenta, a partir das contribuições dos estudos/teorias culturais¹, em favor de uma estratégia pedagógica de abordagem da identidade que leve conta a sua dimensão política. A despeito do conceito de identidade², Woodward (2002, p. 1-2) pontua que:

A identidade nos dá uma ideia de quem nós somos e de como nós nos relacionamos com os outros e com o mundo no qual vivemos. A identidade marca as maneiras pelas quais nós nos reconhecemos dentro do grupo que compartilha uma mesma posição, e as maneiras nas quais nós somos diferentes daqueles que não a compartilham. Frequentemente, a identidade é melhor definida pela diferença, ou seja, por aquilo que ela não é.

Partindo da concepção de identidade como algo definido pelas diferenças, Woodward (2002) chama atenção para o fato de que as singularidades de cada indivíduo constituem o *corpus* elementar do conceito, de modo que tratar as identidades pressupõe compreender que além de heterogêneas e dinâmicas, elas traduzem os mais variados aspectos culturais da humanidade.

Para Hall (2006), a identidade não pode ser concebida como biológica ou hereditária, mas construída historicamente. De acordo com o autor, as antigas identidades, que por muito tempo deram unicidade e estabilidade aos indivíduos na sociedade, vêm se desfragmentando e se desintegrando, fazendo surgir novas identidades, abalando assim os marcos referenciais que dão estabilidade social aos indivíduos.

[...] a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada” (Hall, 2006, p. 38).

Uma vez que a identidade muda de acordo com a forma de como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida. Partindo dessa perspectiva, depreende-se que a identidade se tornou politizada, constituindo uma mudança de uma política de identidade (de classe) para uma política de diferença (Hall, 2006), dado que a identidade “é um conceito altamente contestado”, de modo que “quando se trata de

¹ Sobre os estudos culturais, consultar Nelson, Treichler e Grossberg (1995), Hall (2006), Grossberg (2010), Silva (2000).

² Bauman (2005) pontua que com o advento da globalização, que afetou profundamente as estruturas estatais, as condições de trabalho, as relações entre os Estados, a subjetividade coletiva, a produção cultural, a vida cotidiana e as relações entre o eu e o outro, o tema identidade constituiu-se como uma das preocupações teóricas mais controversas do século XX. Para o autor, a identidade, na modernidade, era determinada pelo nascimento; atualmente, esta passa a ser considerada como uma tarefa que os indivíduos têm que desempenhar por meio da sua biografia.

preferências e escolhas culturais, talvez haja mais desavenças e antagonismos do que unidade” (Bauman, 2005, p. 88).

No contexto escolar, a pauta da identidade se traduz nos diferentes instrumentos pedagógicos das escolas, como no currículo³, no plano de aula, no Projeto Político-Pedagógico e no modelo de gestão escolar, por exemplo.

O foco na identidade, no âmbito da educação, revela-se indispensável. Qualquer teoria pedagógica precisa examinar de que modo espera alterar a identidade/do/a estudante. O fim do ensino é que o/a aluno/a aprenda a atribuir significados e a agir, socialmente, de modo autônomo (Moreira; Câmara, 2008, p. 39).

A partir desses elementos, urge ressaltar que atitudes como identificar preferências, conhecer-se e reconhecer limites são ações que precisam ser introduzidas pelas escolas, de modo que perfilar os interesses da sua comunidade escolar permite, também, perceber as diferentes identidades existentes. Nesse sentido, a construção da identidade de cada educando(a) da escola tem fundamental importância, não só pelo fato de a escola ser o local onde os indivíduos estão mais disponíveis à aprendizagem, mas porque possibilita ao(à) estudante identificar-se com o modelo de ser humano que lhe é apresentado.

Nesse sentido, Veiga (2013) concebe o PPP como um documento de identidade, ao contemplar reflexões sobre a qualidade da educação a partir da relação indissociável entre as dimensões formal, técnica, social e política do projeto, em que uma não está subordinada à outra, e cada uma delas tem perspectivas próprias.

O projeto político-pedagógico é o documento da identidade educativa da escola que regulariza e orienta as ações pedagógicas. Como proposta identitária, o projeto político-pedagógico constitui-se em uma tarefa comum do corpo diretivo e da equipe escolar e, mais especificamente, dos serviços pedagógicos (coordenação pedagógica, orientação educacional). A estes cabe o papel de liberar o processo de construção, execução e avaliação do projeto, contando com a valiosa participação de todos (Veiga, 2013, p.163).

Como documento de identidade, a autora reforça que o Projeto Político-Pedagógico parte da necessidade de compreender, em profundidade, os problemas postos pela prática pedagógica, que passa a ser uma exigência da gestão democrática, implicando o repensar das estruturas de poder da escola tendo em vista a sua socialização, já que o PPP também é o

³ De acordo com Moreira & Macedo (2002), as concepções de identidade e de diferença adotadas no pensamento pós-moderno são úteis para nortear a formulação de currículos voltados para produzir identidades contestadoras e críticas, empenhadas na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

definidor de critérios para a organização curricular e a seleção e estruturação dos conteúdos, das metodologias de ensino, dos recursos didáticos, tecnológicos e da avaliação.

Para mais, ao trazerem intencionalmente em seus termos a articulação e o significado postulado para a construção dos marcos identitários da escola (Veiga, 2007), o Projeto Político-Pedagógico e a gestão democrática aparecem no ambiente escolar como indissociáveis e interdependentes. Assim, torna-se evidente que é na reflexão sobre a discussão dos referenciais teóricos, aliada à prática pedagógica cotidiana, que a escola encaminhará uma *práxis* comprometida com a gestão democrática e com as identidades.

Ao analisar a etapa de Ensino Médio, que tem por finalidade, de acordo com o art. 35, incisos I, II, III e IV da LDBEN, respectivamente: consolidar os conhecimentos anteriormente adquiridos; preparar o cidadão produtivo; implementar a autonomia intelectual e a formação ética; e contextualizar os conhecimentos (Brasil, 1996), depreende-se que o PPP que trata dessa etapa deve, com sua identidade assim delineada, levantar questões, dúvidas e críticas com relação ao que a instituição persegue, com maior ou menor ênfases.

3 ANÁLISE DO PPP DA ESCOLA PROFA. FLORENTINA DAMASCENO

A pesquisa tem como área de estudo a referida EEEM Profa. Florentina Damasceno, localizada no município de Santa Luzia do Pará-PA, que integra a mesorregião do Nordeste Paraense, microrregião do Guamá. Situada na área urbana da cidade, a instituição, fundada em 1968, recebe alunos(as) de diferentes localidades da região, como estudantes de comunidades remanescentes de quilombo, agrovilas, áreas rurais e do perímetro urbano. Por ser a única escola do município a ofertar a etapa de Ensino Médio, a instituição acaba recebendo a maior parcela de estudantes da cidade.

O PPP da escola, intitulado “PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA: Participação, Democratização, Compromisso, Cidadania e Qualidade”, foi elaborado no ano de 2020 e tem vigência até o ano 2022. Estruturalmente, o documento está organizado em capítulos, divididos em: 1 INTRODUÇÃO; 2 CARACTERÍSTICA DA ESCOLA, 2.1 Histórico, 2.2 Escola que queremos; 3 DIAGNÓSTICO, 3.1 Aspectos físicos, 3.2 Demandas e necessidades, 3.3 Aspectos administrativos, 3.4 Aspectos pedagógicos, 3.5 Evidências pedagógicas; 4 PROGRAMAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES PARA 2020 E 2021; 5 AVALIAÇÃO e 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

Tendo em vista que o objetivo da investigação se centra na identificação dos excertos do PPP da escola que enfatizem a identidade da instituição, infere-se que a partir da sua leitura

foi possível identificar alguns elementos localizados⁴ relacionados à temática. Na apresentação do documento, o PPP sinaliza a necessidade da escola “se metamorfosear para construir coletivamente a gestão democrática com união, respeito às diferenças, visando à conquista da cidadania plena como compromisso de todos os atores” (Projeto Político Pedagógico, 2020, p. 5).

Em seguida, o PPP firma o compromisso em agir de acordo com os princípios da gestão democrática, negando taxativamente a ideia de planejamento apenas como exigência burocrática, mas alimentada por uma fundamentação estratégica capaz de solucionar ou amenizar certos problemas apresentados no cotidiano da escola.

Ademais, o documento testifica que o PPP da Escola Profa. Florentina Damasceno “constitui-se um marco decisório em sua história por definir textualmente a concepção de homem e de sociedade que estão nas entrelinhas de sua formulação” (Projeto Político Pedagógico, 2020, p. 7), projeto este consubstanciado nas *práxis* educativas por ter sido gestado com a participação coletiva, assevera o projeto.

No capítulo que trata da “Escola que queremos”, o documento aponta que a instituição tem contribuído, nos seus mais de 40 anos, para a educação de Santa Luzia do Pará, visto que há um grande número de pessoas que concluíram nela seus estudos e que hoje se destacam em diversas atividades no município e, inclusive, como professores(as) e colaboradores(as) da escola. Essa sensação de pertencimento identificada no projeto contrasta com o que Hall (2006) problematiza, ao afirmar que a identidade permite a ancoragem estável no âmbito das relações culturais, sobretudo do ponto de vista territorial.

Quanto às suas diretrizes, o PPP apresenta quatro eixos articulados entre si, a saber: 1 – Eixo da Escola Democrática; 2 – Eixo da Escola Comprometida; 3 – Eixo da Escola de Qualidade e 4 – Eixo da Participação e Cidadania. Tais eixos corroboram com a ideia de que a escola se pauta na democratização do ensino, na melhoria das relações humanas, da infraestrutura da escola e no incentivo ao exercício da cidadania como prática da formação humana.

Os objetivos pretendidos pelo projeto apontam para a necessidade de serem desenvolvidas práticas pedagógicas inovadoras de forma interdisciplinar, integrando escola e comunidade “tendo em vista o conhecimento e a valorização da identidade e sociabilidade das culturas tradicionais e patrimônio histórico, com o intuito de estimular a valorização e a identidade da realidade local” (Projeto Político Pedagógico, 2020, p. 19).

⁴ Não se pretende discorrer detalhadamente sobre os elementos constitutivos do PPP, mas apenas pontuar fragmentos específicos da problemática levantada.

Ao propor este objetivo, o PPP da escola demarca o seu compromisso com a pauta da identidade. De acordo com Silva (2000), a categoria identidade, no seio da escola, partilha de uma característica que é resultado de atos de criação linguística, atos esses que passam a ser vistos não como elementos passivos da natureza, mas que têm que ser ativamente produzidos e tratados como criações sociais e culturais, cujos atos de linguagem operam a partir de diferentes instrumentos (fala, códigos, escrita, nomeação). A interdisciplinaridade, neste caso, opera justamente nos referidos instrumentos.

Na mesma direção, os objetivos propõem a criação de centros de produção literária e manifestações artísticas e culturais, visando temáticas que contemplem as culturas ancestrais de povos tradicionais, diversidade cultural e clássicos da literatura brasileira, portuguesa e paraense, contribuindo, assim, para a valorização da identidade local da escola.

O capítulo 4 do PPP que trata da programação das propostas para 2020 e 2021 apresenta, no campo dos itinerários formativos das Ciências Sociais Aplicadas e Linguagens, a partir da Reforma do Novo Ensino Médio⁵, uma proposta de flexibilização curricular que dialoga justamente com os aspectos identitários da escola, ao propor:

[...] a criação de um centro de estudos sociais e práticas culturais, tendo em vista o reconhecimento e valorização da identidade e sociabilidade das culturas tradicionais e patrimônio histórico, envolvendo os alunos por meio de estratégias como: Resgate da construção da identidade cultural, etnográfica dos povos tradicionais Luzienses (História, Geografia, Sociologia e Filosofia) por meio de rodas de conversas, pesquisas dirigidas e confecções de jornais (Projeto Político Pedagógico, 2020, p. 34).

À vista disso, observa-se a tendência do PPP em reservar, a partir da proposta de flexibilização curricular empreendida pela reforma do Ensino Médio, parte dos conteúdos para a realidade local da escola, viabilizada, neste caso, pelo referido itinerário formativo. O documento estabelece, também, a valorização dos múltiplos saberes e vivências, bem como da diversidade cultural e dos arranjos produtivos dos povos tradicionais luzienses através de aulas dialogadas, visitas às comunidades e por meio da produção áudio visual de elementos da cidade, cuja culminância ocorrerá a partir de um evento intitulado “Curta Florentina” (Projeto Político Pedagógico, 2020).

A partir dos elementos identificados no PPP da Escola Profa. Florentina Damasceno, depreende-se que o referido documento se constitui, também, como um documento de

⁵ A partir da vigência da Reforma do Novo Ensino Médio, com o advento da Lei nº 13.415/2017, estabeleceu-se uma mudança na estrutura curricular da referida etapa. O PPP em análise, na época da pesquisa, encontrava-se em processo de atualização à observância às diretrizes reforma, como expressa o documento.

identidade, capaz de desvelar as intenções e objetivos pretendidos pela instituição de ensino. A descrição do interesse da instituição em solucionar certas problemáticas identitárias contrasta com a materialização de tais premissas, seja em relação à consulta por parte do corpo docente a este documento oficial, seja pela implementação dessas prerrogativas nas práticas pedagógicas escolares.

Infere-se, do mesmo modo, que entre o disposto no PPP da escola e o que se materializa no cotidiano há uma linha tênue, visto que o compromisso com a pauta identitária nem sempre se efetiva na prática, posto que lidar com as diferenças no contexto escolar não se configura como uma tarefa fácil, mas vacilante, oscilante, perene e, na maioria das vezes, conflituosa.

Cumprе ressaltar que o PPP, em sua essência, não resolverá todos os problemas enfrentados pela escola (Vasconcellos, 2002). Contudo, sua elaboração, de forma intencional e participativa, pode contribuir para uma organização mais eficaz, democrática e inclusiva, especialmente pensando a materialização das diferentes identidades presentes no contexto escolar, desvelando os conflitos, as contradições e as diversas identidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que a presente pesquisa se propôs a analisar a identidade da EEEM Profa. Florentina Damasceno a partir dos discursos circunscritos no seu PPP, infere-se que foi possível, à luz das discussões teóricas locucionadas neste trabalho, compreender, ainda que de modo preliminar, o trato dispensado pelo documento à temática das identidades, especialmente no âmbito dos objetivos pretendidos e de um dos itinerários formativos expressos no projeto.

Urge pontuar que a forma pela qual a identidade da escola pesquisada está circunscrita no seu PPP, apesar dos esforços empregados textualmente para a sua existência no documento, ainda é tímida, tendo em vista a diversidade presente no contexto intra e extraescolar do município de Santa Luzia do Pará.

Por fim, reitera-se que o PPP da Escola Profa. Florentina Damasceno, apesar das limitações e lacunas apresentadas, se empenha em estabelecer uma gestão baseada na concepção democrática, participativa e colaborativa, tendo a pauta identitária como mais um dos seus compromissos firmados, fato identificado a partir da sua leitura.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasil: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. [Lei de Diretrizes e Bases]. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 20 abr. 2026.

GADOTTI, Moacir. **Autonomia da escola**: princípios e propostas. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000.

GANDIN, Danilo; GANDIN, Luís A. **Temas para um projeto político pedagógico**. 12a Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

GROSSBERG, Lawrence. **Estudos culturais no tempo futuro**: como é o trabalho intelectual que o mundo exige hoje. Durham e Londres: Duke University Press Books, 2010.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de.; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**: políticas, estruturas e organização. São Paulo: Cortez, 2012.

LUCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MARQUES, Mário Osório. Projeto pedagógico: a marca da escola. In: **Revista Contexto & Educação**. Projeto pedagógico e a identidade da escola n. 18. Ijuí, Unijuí, abr./jun. 1990, p. 21-32.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. MACEDO, Elizabeth. Currículo, identidade e diferença. In: MOREIRA, A. F. B. MACEDO, E. (Orgs.). **Currículo, práticas pedagógicas e identidades**. Porto: Porto, 2002.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; CÂMARA, Michelle Januário. Reflexões sobre currículo e identidade: implicações para a prática pedagógica. In: MOREIRA, A. F.; CANDAU, V.M. (Orgs.). **Multiculturalismo**: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis: Vozes, 2008.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. **Rev. Bras. Edu., Rio de Janeiro**, n. 23, p. 156-168, ago. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a11.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2026.

NELSON, Cary; TREICHLER, Paula A.; GROSSBERG, Lawrence. Estudos Culturais: uma introdução. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Alienígenas na sala de aula**: uma introdução aos estudos culturais em educação. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 07-38.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. **UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA:** Participação, Democratização, Compromisso, cidadania e qualidade. Escola Estadual de Ensino Médio Professora Florentina Damasceno, Santa Luzia do Pará, 2020.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica.** São Paulo: Cortez, 1983.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Alienígenas na sala de aula:** uma introdução aos estudos culturais em educação, p. 132-158, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença In: SILVA, Tomas Tadeu (Org.) **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. 6 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do Trabalho Pedagógico:** do trabalho político - pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertard, 2002.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento:** Plano de Ensino-Aprendizagem e Projeto Educativo. São Paulo: Libertat, 1995.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. A escola em debate: Gestão, projeto político-pedagógico e avaliação. **Revista Retratos da Escola**, v. 7, n. 12, p. 159-166, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso em: 20 abr. 2026.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político-Pedagógico da Escola:** uma construção possível. Campinas, SP: Papirus, 1995.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola:** uma construção possível. Campinas, SP: Papirus, 2007.

WOODWARD, Kath. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença In: SILVA, T. T. (Org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** 6 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

